

## **ELETIVAS 2026.1**

### **JUR1080 –2HA – LABORATÓRIO – EXTENSÃO EM LITÍGIO ESTRATÉGICO E DIREITOS HUMANOS (PROFESSORA ANDREA SCHETTINI)**

O laboratório tem por objetivo desenvolver pesquisa teórica e empírica sobre formas de litígio internacional no campo dos Direitos Humanos, em especial no âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Partindo de uma abordagem crítica e interdisciplinar, pretende-se refletir sobre os impactos dos mecanismos internacionais na proteção nacional dos direitos humanos, no enfrentamento da violência estatal e na reparação das pessoas e grupos vitimados pelo Estado brasileiro. Em parceria com a ONG CEJIL (Centro pela Justiça e o Direito Internacional) – organização regional que, desde o início dos anos 1990, atua no Sistema Interamericano de Direitos Humanos –, será desenvolvido o monitoramento da implementação de decisões da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos contra o Estado brasileiro. Através do estudo de casos, escolhidos a cada período, será estimulada a reflexão sobre uma série de temas centrais, tais como: os modos de litigância estratégica; os aspectos do processo internacional em Direitos Humanos; o exercício do controle de convencionalidade; o (des)cumprimento de decisões internacionais; e as formas de implementação das reparações às vítimas de violações de direitos humanos.

### **JUR1081 –2HA – LABORATÓRIO DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE (PROFESSOR THIAGO RAGONHA VARELA)**

Nesse laboratório serão estudadas as ações de controle concentrado, ADI, ADC, ADI por omissão, Representações Estaduais de Inconstitucionalidade, Ação de Representação Interventiva e ADPF. Serão estudados o objeto, legitimados e o processo e julgamento dessas ações. Também serão feitas pesquisas de jurisprudências do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e a elaboração de peças práticas sobre essas ações.

### **JUR1082 –2HA – LABORATÓRIO DO SUPREMO – GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (PROFESSORA ANA LUIZA SARAMAGO STERN)**

O laboratório do Supremo vai agregar estudos e pesquisas sobre o STF em três eixos temáticos:

1. Histórico e composição do STF – estudo sobre julgamentos históricos da corte e formas e critérios de sua composição.
2. Jurisdição constitucional e democracia – estudo sobre o papel da jurisdição constitucional, competências e limites de atuação do STF e relação do STF com os outros Poderes e o Estado Democrático de Direito
3. Jurisprudência – debates e comentários sobre os julgados do Supremo, decisões recentes e casos em trâmite na suprema corte.

As aulas prezarão pelo debate a partir da leitura de textos e discussões participativas. Não é necessário pré-requisito.

### **JUR1083 –2HA – LABORATÓRIO DE DIREITO - CRIMINOLOGIA CRÍTICA E PENSAMENTO DECOLONIAL (PROFESSORA FERNANDA FERREIRA PRADAL)**

Disciplina de aprofundamento teórico, que articula a Graduação e a Pós-graduação em Direito. A turma terá acesso a exposições e debates com outros professores da Pós-graduação e com alunos de mestrado e doutorado.

Serão tratadas o pensamento de autores(as) e realizadas discussões sobre: Criminologia Crítica Latino-americana; Pressupostos do Pensamento Decolonial aplicados à Criminologia Crítica; Produções da Criminologia Crítica e do Pensamento Decolonial no contexto brasileiro; práticas e experiências vinculadas ao Pensamento Decolonial que incidem no debate criminológico crítico: experiências e práticas de extensão.

**JUR 1084 –2HA – LABORATÓRIO DE DIREITO – ABORDAGEM PRÁTICA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA (PROFESSORA FERNANDA FERREIRA PRADAL)**

Disciplina voltada a reflexões e experiências sobre a prática da justiça restaurativa e sua relação com a justiça comunitária, a não violência e os estudos de paz, a comunicação não-violenta, entre outros. A metodologia da disciplina será formada por exposições dialogadas, oficinas práticas e estudos de caso provenientes da prática da justiça restaurativa no âmbito do Grupo Interdisciplinar de Métodos Extrajudiciais de Gestão de Conflitos (GIMEC) do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ).